PREFÁCIO

José Manuel Durão Barroso
Ex-Primeiro-Ministro de Portugal e ex-Presidente da Comissão Europeia

Foi-me proposto escrever algumas palavras de introdução a este *O Futuro É Hoje – Uma nova visão para Portugal*, iniciativa de gestores e empreendedores – os CPO, *Chief Portugal Officers* –, com os quais me encontrei pessoalmente há uns tempos para falarmos de Portugal, das reformas de que o nosso país precisa e da nossa posição no mundo.

Foi com muito gosto que aceitei fazê-lo, pois é sempre com grande interesse que vejo pessoas vindas da sociedade civil dedicarem, paralelamente às suas carreiras profissionais, algum tempo e energia a refletir sobre as reformas de que Portugal necessita e a propor políticas e medidas nesse sentido.

Ao lermos os diversos textos, muito diversificados nas temáticas e no alcance e profundidade com que abordam os respetivos assuntos, encontramos prioridades, atitudes e valores que perspetivam uma certa visão para Portugal.

Entre as prioridades retenho a Inovação, o Empreendedorismo, a Educação, a Digitalização e a Sustentabilidade.

Inovação: considerada um elemento crítico para todo o progresso económico de Portugal, a abordagem aqui desenvolvida procura distinguir a inovação da criatividade e coloca decididamente a prioridade na capacidade do país para realmente levar à prática a criatividade e para traduzir esta em processos produtivos suscetíveis de criar valor.

Empreendedorismo: subjaz à generalidade dos textos e é considerado essencial para as transformações que se desejam. Os autores claramente olham para a sociedade com ideias e iniciativa próprias e, ao contrário do que normalmente acontece, não partem do Estado, e das habituais propostas de reformas deste, para definirem modelos da sociedade, antes põem o acento tónico no papel que a iniciativa privada e o empreendedorismo podem e devem desempenhar.

Educação: prioridade reconhecida pela generalidade dos autores, é condição transversal ao próprio desenvolvimento do nosso país, quer nos aspetos ligados à Ciência e à Tecnologia, quer nas novas competências e na formação profissional, a que também se dedica merecida atenção.

Digitalização: tema que é muito justamente identificado como grande prioridade, reforçada pelas condições criadas pela atual pandemia da covid-19 e em estreita ligação com os objetivos da União Europeia. Corretamente, a meu ver, a digitalização não aparece apenas referida, como muitas vezes acontece, nos domínios propriamente económicos, mas também como instrumento na organização mais eficiente do Estado, nomeadamente na Justiça, sendo este setor apresentado como um dos que mais carecem de reforma urgente no nosso país.

Sustentabilidade: outra prioridade alinhada com as que a União Europeia definiu, prioridade essa que em muito poderá contribuir não apenas para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses mas também para que a economia nacional acompanhe as transformações estruturais em curso e, neste contexto, se posicione em cadeias mais sofisticadas de criação de valor.

Se estas são, numa apresentação necessariamente sumária, as prioridades identificadas pelos autores, vemos também que nos seus diferentes textos se encontra aquilo a que posso chamar um sistema de atitudes, elas próprias decorrentes de um conjunto de valores. Citarei especialmente a disponibilidade e a vontade de contribuir, a impaciência, a confiança e a ambição, o reformismo e a abertura. E todas estas

atitudes decorrendo essencialmente de uma visão patriótica baseada nos valores da solidariedade e responsabilidade.

As diferentes ideias e propostas são apresentadas num espírito de disponibilidade e entrega e com genuína vontade de colaboração com o país, com o Estado e demais entidades.

Como o próprio título da obra revela, há uma impaciência e um forte apelo para não se adiarem mais as transformações cuja necessidade há muito se faz sentir.

Em geral, percebe-se aqui uma atitude de confiança, evitando o pessimismo, ou até miserabilismo, que muitas vezes dominam o discurso sobre Portugal. Talvez porque estas são pessoas de uma geração que já está muito mais habituada e familiarizada com vitórias, que contrastam com o imobilismo e a resignação típicos de um certo atraso português, sente-se nas contribuições dos autores uma saudável ambição.

Há também uma atitude muito positiva face à mudança e uma vontade reformista de transformar através de passos concretos e não em termos holísticos e com um espírito de sistema que, normalmente, tende a evitar e a adiar o confronto com as dificuldades concretas.

Encontramos também, sinal das novas gerações de Portugal, uma visão internacional e de abertura ao exterior, em que a posição de Portugal na União Europeia é naturalmente dada como adquirida, o que no nosso país não é despiciendo, pois até não há muito tempo este ainda se consumia em debates, quase existenciais, sobre a sua posição no mundo.

Estas diferentes atitudes, a disponibilidade, a confiança, o reformismo e a abertura ao exterior assentam, por sua vez, em valores entre os quais cabe destacar o patriotismo, pois esta é uma forma de amar Portugal, melhorando-o. Por sua vez, a disponibilidade e a entrega têm que ver com valores de solidariedade e de responsabilidade que me apraz, igualmente, sublinhar.

Todo este exercício de reflexão surge numa altura em que estamos ainda a viver de forma muito aguda o impacto da pandemia da covid-19 e, não conhecendo com precisão as consequências que esta poderá vir a ter, sendo ainda muito cedo, em minha opinião, para termos uma ideia

fundamentada das consequências. No entanto, são já visíveis algumas tendências que se têm vindo a aprofundar: da desglobalização à descarbonização, passando pela diversificação e digitalização – aquilo a que tenho vindo a chamar os 4 D.

Estas linhas de força e transformação já se vinham a fazer notar antes da pandemia, mas é óbvio que têm vindo a aprofundar-se e a acelerar-se, e em alguns casos de forma espetacular, como, por exemplo, o movimento de digitalização, que não envolve apenas a comunicação através de novas plataformas, transformando modos de trabalho e de socialização, mas se alarga também a todas as áreas da economia e das finanças, sem esquecer, claro, o comércio digital.

Também por este e outros aspetos, relacionados com as importantes transformações tecnológicas em curso, parece-me prematuro falar-se em desglobalização como processo de completa reversão da globalização. É verdade que, por clivagens que já se vinham sentindo há algum tempo, nomeadamente as crescentes tensões geopolíticas entre Estados Unidos da América e China, estamos a assistir a um movimento de abrandamento do crescimento do comércio internacional e dos investimentos transfronteiriços. Mas também é verdade que a digitalização e as novas tecnologias, procurando resistir aos esforços políticos de *decoupling*, parecem indiciar aquilo a que tenho chamado uma globalização dos intangíveis, a qual se processa precisamente através de bens ou processos que não precisam da sua transmissão física para terem imensa expressão económica e alcance global.

Independentemente do sentido destas evoluções no médio e longo prazo, as quais mereceriam uma análise mais demorada e profunda, há, desde já, uma conclusão óbvia e relevante: as transformações ligadas à pandemia, e as tendências que esta tem vindo a acelerar, suscitam novas, e em alguns casos radicais, formas de inovação. Espero que Portugal também as aproveite. Referem-se assim condições como a deslocalização para o interior do país de atividades que têm estado muito concentradas no litoral e nas regiões de Lisboa e Porto. Há também oportunidades para as indústrias portuguesas, nomeadamente algumas consideradas

«tradicionais», ganharem um novo vigor e expressão, em virtude do movimento a que estamos a assistir das cadeias de distribuição e produção se instalarem mais perto dos principais mercados europeus. Neste contexto, Portugal já é competitivo e pode fazer muito mais e melhor.

Pessoalmente, entendo que o nosso país, em vez de se lançar em projetos que, como diz o nosso povo, mostram «mais olhos do que barriga», deve investir de forma pragmática nos setores e *clusters* da economia onde já há capacidade, competências e até tradições instaladas e fazer o *upgrading*, desde logo em termos de digitalização e sustentabilidade, dessas mesmas capacidades e competências. Com efeito, conhecemos bem o risco, sobretudo quando há dinheiro «barato», de *pet projects* cujo efeito reside mais na exibição para fins políticos e menos na contribuição que possam dar para o aumento da competitividade ou para o crescimento sustentável da nossa economia.

Relevante também é o facto de estas reflexões se enquadrarem na realidade a que estamos ligados pela nossa condição de membros da União Europeia. A verdade é que, beneficiando da experiência que teve na crise económica dos anos de 2008 e seguintes, foi agora possível a União Europeia dar uma resposta mais integradora e mais ambiciosa do que no passado. Se na grande crise financeira e das dívidas soberanas de 2008 e anos seguintes conseguimos salvar o Euro – para o qual muitos vaticinavam o fim –, agora foi já possível, por um conjunto de circunstâncias, dar novos passos no caminho da integração europeia. E o enquadramento europeu está presente ao longo desta publicação, não apenas quando se procede ao *benchmarking* de Portugal em relação aos seus parceiros da UE, mas também quando se fala da melhor forma de dar destino às verbas que vão chegar a Portugal no âmbito do próximo ciclo orçamental comunitário e do programa *Next Generation EU*. É de notar a preocupação, aqui expressa pelos autores, de esses fundos deverem contribuir para reduzir a tradicional subsidiodependência de Portugal e procurarem, isso sim, reforçar capacidades ao nível do setor privado.

Com efeito, e sem descurar as importantes funções do Estado, nomeadamente no enquadramento e regulação da atividade económica, a verdade é que não é o Estado que cria riqueza. Quem cria riqueza são as pessoas com o seu trabalho, a sua iniciativa, as suas ideias e a capacidade de as pôr em prática.

E este é o espírito que domina os diversos textos, o seu compromisso com Portugal a partir da força e do impulso da sociedade civil. Por tudo isto, felicito os autores e desejo que este debate se generalize à sociedade portuguesa.

POR UM PORTUGAL MELHOR!

Miguel Pina Martins

Este foi o nosso pensamento! Quando eu, o Rui Miguel Nabeiro, o Nuno Ferreira Pires e a Sofia Tenreiro o tivemos, há pouco mais de um ano, decidimos que fazia sentido criar um grupo que pudesse contribuir para melhorar Portugal.

Debatemo-nos com várias questões com o início deste grupo, começando pelo facto de já existirem muitos grupos de *networking*. Mas o nosso objetivo era fazer diferente – queríamos deixar um legado, queríamos fazer algo que fosse diferente. Não podia ser muito grande, e as pessoas que convidaríamos para o grupo tinham de ter um compromisso semelhante: Fazer Portugal melhor.

Entretanto, o grupo foi crescendo, e contámos com a entrada de Diogo da Silveira, Rita Serrabulho, Vera Pinto Pereira, Rui Paiva, José Costa Rodrigues, Luís Matos Martins, Bruno Mota, Sara do Ó, Filipa Muñoz Oliveira, Paulo Andrez, Rui Hortelão, Pedro Brito e Gonçalo Saraiva Matias.

Definimos assim a nossa Missão e Visão:

Missão

Ajudar na construção de um Portugal melhor para todos.

Visão

Valorizar Portugal, aliando a qualidade e inovação ao *networking*, contribuindo para colocar Portugal a crescer mais de 3%.

E o que somos:

1. **Enquadramento:** Acreditamos que a sociedade civil pode contribuir para a estratégia definida pelos agentes políticos. Acreditamos que podemos potenciar a nossa rede e os nossos recursos ao serviço desse plano.
2. **Ambição:** Criar iniciativas-bandeira e partilhar boas práticas que sirvam de inspiração para diferentes *stakeholders* nacionais, partilhando boas práticas.
3. **Entrega:** Estamos à disposição dos agentes políticos para ajudar Portugal a evoluir.

O objetivo inicial foi colocarmo-nos ao serviço dos Órgãos de Soberania. Ainda nos reunimos oficialmente com o Ministro da Educação, mas infelizmente, com o desencadear da pandemia causada pelo novo coronavírus, as nossas prioridades foram ajustadas, pois percebemos que num período de urgência era difícil conseguir a atenção necessária dos órgãos de soberania.

É nesse momento que surge, então, a ideia de fazermos um livro.

Para isso, iríamos reunir-nos com diversas personalidades nacionais, para nos ajudarem a perceber os desafios e as oportunidades que esperam a Portugal. Apesar de todas as limitações impostas pela pandemia, ainda nos reunimos, por exemplo, com o ex-Primeiro-Ministro e ex-Presidente da Comissão Europeia José Manuel Durão Barroso; com o ex-Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho; com o Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, João Torres; e com o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina. Estes encontros, privados e intimistas, foram fundamentais para conseguirmos ter uma ideia mais aprofundada daqueles que são os principais desafios de Portugal nas próximas décadas. E muitos outros encontros se seguirão, logo que a pandemia o permita.

Com isto, conseguimos finalizar um exercício de reflexão sobre várias áreas fundamentais para uma estratégia para Portugal, que esperemos que seja um bom contributo para a partilha e o confronto de ideias.


CPO
Chief Portugal Officers
Building a Better Portugal

BRUNO MOTA

É CEO e cofundador da BOLD by Devoteam. Tem formação em Engenharia Informática e de Computadores, pelo ISEL – Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, e em Administração de Empresas pelo INDEG/ /ISCTE, tendo iniciado o seu percurso profissional em 2005, como consultor de tecnologia, e assumindo posteriormente funções de gestão em empresas de TI.

Além de fundar a BOLD, apoiou também, como empreendedor, o lançamento e crescimento de várias marcas e *startups* especializadas nas áreas da tecnologia. Atualmente, como executivo e empresário, é responsável pela gestão global e estratégia da empresa, que conta com mais de 700 colaboradores.

TECNOLOGIA EM PORTUGAL: PRESENTE E FUTURO

Bruno Mota

Estávamos em 1990 quando Mariano Gago escreveu o seu *Manifesto para a Ciência em Portugal,* no qual destacou quatro grandes estratégias: A Ciência como Desafio Social, Romper o Isolamento Social, Renovar a Educação Científica e Criar Cultura Científica. Foi mais tarde, aquando das suas passagens pelo Governo, que teve oportunidade de o pôr em prática e dar assim início a uma viragem no panorama científico e tecnológico nacional. Na altura em que o *Manifesto* foi escrito, a economia portuguesa estava muito assente na agricultura e indústria, não havia qualquer cultura científica e tecnológica e estávamos muito distantes de outras realidades europeias.

O atraso de Portugal começa por se explicar na vertente educacional. Nos anos 1970, um em cada quatro portugueses não sabia ler (25%). Hoje são menos de 5%, mas Portugal continua no topo da tabela dos países europeus com maior taxa de analfabetismo. Reconhecendo que a educação em Portugal teve um progresso assinalável nas últimas décadas, este ainda não é suficiente. A qualidade da educação anda de braços dados com o crescimento das novas tecnologias, facilitando os processos de difusão das mesmas. Ao analisarmos o estudo *IMD World Talent Ranking* de 2019, constatamos que Portugal se encontra no 23.º lugar global. É igualmente interessante perceber que o investimento do Estado na educação nos remete ao 25.º lugar e que cada vez temos mais alunos a serem formados em ICT, Engenharia, Matemática e Ciências, o que nos coloca no 11.º lugar global. Apesar de parecem números

interessantes, estes são claramente insuficientes, sobretudo se tivermos em conta os números de oferta e procura relacionados com pessoas nas áreas da tecnologia.

Atualmente existem vários programas de *reskilling*, alguns privados outros com apoios estatais, que são uma excelente forma de se acrescentar ainda mais talento à nossa *pool*, cada vez mais escassa e incapaz de dar resposta ao assédio das empresas portuguesas e estrangeiras. Podemos estar numa fase na qual, sendo os talentos portugueses de áreas tecnológicas procurados mundialmente, também as empresas portuguesas têm de fazer o seu papel na atração de estrangeiros para capacitarem as suas equipas, transformando também a oferta e procura de *skills* tecnológicas num mercado global. É claro e reconhecido que a qualidade em Portugal é alta, que as nossas universidades e politécnicos formam muito bem, mas é fundamental que esse trabalho continue. Este investimento traduziu-se num encurtar de distância em comparação com outros países europeus e sobretudo na transformação de um Portugal mais moderno.

Quem diria que, passados 30 anos, Portugal faria um caminho tão interessante do ponto de vista científico-tecnológico?! A verdade é que hoje somos um país completamente diferente. Um país com uma marca forte, reforçada pela marca de Lisboa e também do Porto e assente no crescimento estratosférico do turismo. Um país que recebe a maior conferência europeia de tecnologia, que exporta cada vez mais nestes segmentos, que atrai investidores de todas as partes do globo e empresas do top 10 mundial, que se tornou um *hub* tecnológico por diversas vezes comparado a São Francisco, Londres ou Berlim, que conseguiu criar unicórnios e que atrai profissionais de excelência de vários países. Tornámo-nos um país capaz de (começar a) competir num mercado global. Lisboa hoje compete como cidade com Londres, Barcelona, Paris, entre outras.

Sempre fomos orgulhosos da nossa História, mas hoje estamos perante algumas páginas que conseguiram reinventar mais uma vez este «pequeno retângulo». Esta transformação económica acontece graças à

implementação de uma visão e de várias estratégias, nas quais o papel da tecnologia se tem tornado cada vez mais relevante para o nosso futuro. Não obstante os resultados alcançados, há ainda um longo caminho a percorrer. O investimento na formação e no desenvolvimento científico e tecnológico é claro, mas ainda não basta. Já conseguimos «colocar Portugal no mapa», ganhámos confiança externa, temos um ecossistema saudável e é fundamental não perdermos o ímpeto. O *mindset* tem de continuar a ser global, de inovação e de exportação do que temos de melhor para todo o mundo.

Inovação e tecnologia são duas palavras condenadas a andarem sempre lado a lado. Tal como se falou anteriormente sobre a tecnologia, o não investimento em inovação resulta numa significativa vulnerabilidade económica externa, na medida em que nos encontramos altamente dependentes de tecnologias importadas e de alto custo. É difícil fazer uma aposta numa tecnologia emergente, numa altura em que o próprio mercado possivelmente nem está preparado para comprar. É muito mais simples seguir a tendência, ainda que muito provavelmente essa estratégia não deixe marcas profundas. Hoje fala-se de Cloud, Data, IoT, Digitalização, Automação, etc., temas que fazem parte do dia a dia de todas as empresas, mas as organizações que hoje têm grande parte do seu volume de negócios nestas áreas recorreram a essa estratégia de aposta e investimento em tecnologias em que mais ninguém acreditou (ou pelo menos não quis investir). Será que Quantum Computing, Blockchain, Realidade Aumentada ou Virtual vão ter o impacto que já se começa a falar um pouco por todo o lado? Não sabemos. O que sabemos é que, sem se inovar, sem se tentar, poderemos nunca descobrir. Sabemos igualmente que ter uma estratégia de inovação é fundamental para o posicionamento de Portugal como país tecnologicamente cada vez mais influente (como, aliás, o exemplo de Israel comprovou).

Um maior incentivo à inovação permite ainda movimentar a economia interna. A verdade é que são vários os incentivos governamentais à inovação, ainda que com algumas restrições geográficas ou simplesmente do tipo de projeto. A criação de políticas públicas que permitam

continuar a atrair inovação mantém-se fundamental para não quebrar o ciclo que vemos acontecer, sobretudo através de empresas privadas ou consórcios. Embora continuemos a trilhar o caminho, a visão do país que se começou a desenhar em 1990, uma visão a longo prazo, é hoje destruída cada vez que se inicia um novo ciclo governamental. Urge a obrigação de se definirem políticas de continuidade que façam com que a confiança das empresas, investidores ou interessados no nosso país não se altere de cada vez que chega um novo Governo, com ideias diferentes das anteriores. Não fosse a nossa economia tão frágil e seria interessante analisar modelos de Estados que apoiam as suas empresas enquanto Estados financiadores.

Embora defenda na maior parte das vezes, e na maior parte das empresas, modelos de *governance* em tudo semelhantes ao que acontece nos privados, alguns governos mundiais, pela sua capacidade de apoio, acabam por ser o peso extra para que a balança das empresas, das *startups*, dos projetos globais possa tender para o sucesso. Em Portugal, este tipo de apoio já existe através de empresas do Estado que surgem como investidores. Ainda assim, olhando para outras realidades, o contexto é incomparável.

O trabalho feito por entidades governamentais e por elementos dos vários governos recentes tem sido bom, numa perspetiva de atração do investimento internacional (deixo uma lembrança ao trabalho do malogrado João Vasconcelos, quiçá uma das figuras fundamentais para atração de vários negócios diferenciadores e de extremo valor para o nosso país, do seu contributo para o ecossistema das *startups* em Portugal e, claro, da WebSummit). Mas, hoje, é importante readaptar as nossas capacidades aos objetivos e interesses de quem nos procura.

A nível mundial, as questões políticas também são relevantes, bem como riscos que elas eventualmente nos podem trazer, como a guerra comercial e tecnológica entre a China e os EUA. Pois qualquer estratégia tecnológica pode tornar-se inviável de um dia para o outro com restrições e sanções a esse nível.

Ainda assim, Portugal deve olhar para o panorama internacional e aprender com os exemplos de outros países. A Noruega, os Emirados

Árabes Unidos, a Finlândia e Israel são países muito diferentes uns dos outros, mas todos têm algo em comum: uma demografia inferior à de Portugal.

Pegando no exemplo da visão a longo prazo de um país, podem ser destacadas as visões da Noruega e do Dubai.

A Noruega tem algumas coisas em comum com Portugal, além de muito do bacalhau que comemos ser de águas norueguesas – a plataforma marítima e a dependência até certa altura da atividade piscatória. Hoje, a Noruega é um dos países mais desenvolvidos e ricos, cujo fundo soberano é um dos maiores do mundo. Apesar disto, ainda que na teoria todos os noruegueses sejam «ricos», a nação e o seu povo comportam-se de forma humilde, sem excessos nem exageros. É certo que a descoberta de petróleo mudou a realidade do país do dia para a noite, mas, após essa descoberta, foi a visão e o saber o que fazer com essa riqueza que transformaram a Noruega no país que é hoje.

Já o Dubai teve a sua grande mudança com a decisão do seu *Sheik* de transformar parte do seu deserto num dos maiores portos do mundo, que se tornou estratégico e transformou Dubai tal como o conhecemos. Criaram uma *Free Zone* dentro da cidade que atraiu milhares de empresas e transformou o emirado num centro financeiro e empresarial do Médio Oriente e um *Hub* para todo o mundo. Olhando para os EAU, além de terem uma visão estratégica até 2030, estes têm já uma visão 2030-2117. À primeira vista, pode parecer não ter sentido, mas é aqui que se começam a traçar planos de maior envergadura e que não são abalados com a saída de um ministro ou governo.

Também a Finlândia e Israel são exemplos que mostram a importância de ter uma visão a longo prazo onde a tecnologia está no centro.

A Finlândia ocupa os primeiros lugares enquanto país tecnologicamente mais avançado. Alguns dos critérios mais importantes são as *skills* tecnológicas dos cidadãos, o uso de Internet no país e o uso da tecnologia numa economia de rede. Outros fatores importantes para este sucesso da Finlândia são o número de patentes registadas, número de *experts* tecnológicos, número médio de anos escolares, entre outros,

o que espelha bem a importância da educação em conjunto com a inovação e a tecnologia.

Por fim, Israel. Visto como um centro de inovações utilizadas à escala global usando como estratégia instituições educacionais de ponta e uma ampla rede de empresas *startups*, o país destaca-se face às inovações e invenções que consegue exportar a nível global. É também um dos países que mais investem em R&D, que detêm mais patentes e mais autores reconhecidos nos diferentes campos das ciências. Um país com menos habitantes do que Portugal e que é reconhecido por todo o mundo pela sua capacidade tecnológica.

Não comparando, seria interessante olharmos para alguns destes bons exemplos e tentar perceber de que forma se podem aplicar à nossa realidade. Temos olhado cada vez mais para as energias renováveis e para a tecnologia de que elas necessitam. Mas talvez nos falte olhar para outros temas igualmente relevantes, tal como a economia do Mar, o potencial da nossa Zona Económica Exclusiva e formas de tirar o melhor partido desta, usando a tecnologia.

Um caso também interessante de analisar é o da China. É um dos países emergentes (ainda pode ser considerado emergente?!) no que à tecnologia diz respeito. Do Ocidente, quase sempre olhamos para esse país com desconhecimento, com insegurança, com incertezas em relação à qualidade, muitas vezes com desdém. Mas a China tem-nos mostrado como implementar soluções em grande escala e começa, mais do que nunca com o TikTok, a ter empresas *hyperscalers* globais e utilizados por pessoas de todo o mundo. Voltando ao Estado enquanto financiador, a China é talvez o melhor exemplo dessa realidade. E é praticamente impossível para uma empresa estrangeira competir localmente sem ter uma parceria digna de respeito. A distância, embora cada vez menos um problema, neste caso torna-se um dissuasor, que não nos permite acompanhar como deveríamos a evolução tecnológica naquela parte do globo.

Não obstante o que foi escrito anteriormente, a dimensão (também) importa! Lisboa, cidade global, tem várias dificuldades acrescidas pela

sua dimensão. Existem já alguns movimentos para se considerar uma cidade capaz de concorrer à escala mundial pela sua capacidade e dimensão (exemplo poderia ser Distrito Lisboa+Distrito Setúbal). Ou quiçá, equacionar um Portugal mais funcional, onde Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro, Braga possam funcionar como complemento umas das outras. Olharmos para os desafios como uma solução única, e não como a soma das partes, certamente vai posicionar o país e as nossas cidades como solução para desafios onde hoje nem sequer somos considerados. Escolher abrir uma empresa, um *hub* tecnológico, ou seja o que for, num outro país é uma escolha muito difícil e difícil de justificar. Temos de fazer a nossa parte a mostrar o porquê de Portugal ser a escolha certa.

Outra das considerações sobre a dimensão traz-nos a um Portugal cada vez mais moderno e onde as empresas teriam de se reinventar e questionar. Um exemplo de como a dimensão importa, quando estamos a falar de tecnologia, acontece quando uma grande empresa mundial apenas considera fornecedores com um número de colaboradores acima dos 2000. Apenas com este requisito, cerca de 98% das empresas tecnológicas seriam excluídas desde logo.

Olhando novamente para este tema, mas da perspetiva contrária, o ecossistema de *startups* é cada vez maior e mais eficaz. Contudo, as *startups* sabem que, na sua maioria, estão condenadas ao fracasso, ao terem a sua base num país onde o investimento é consideravelmente inferior ao encontrado em outras metrópoles europeias. Esta é uma das maiores falhas se compararmos Portugal com outros países e é um ponto onde a dimensão tem implicações práticas visíveis e desde logo pensadas por todos os empreendedores que tentam tornar o seu sonho numa realidade de sucesso. A maior parte pensa global desde o primeiro dia.

Este ecossistema é cada vez mais importante na medida em que as grandes empresas, ao invés de testarem internamente novos produtos ou serviços, avaliam *startups* do seu nicho de mercado e, cumprindo todos os requisitos, preferem seguir para a compra das mesmas. Muitos dos *budgets* de inovação das empresas já começam a olhar diretamente

para as *startups*, pois é uma forma alternativa de inovar. É essencial trabalhar a ligação de empresas *corporate* e *enterprise* a estas empresas *startups*, rede essa que é fundamental e que ainda não existe de forma satisfatória.

Dito isto, é claro que a tecnologia deve ser utilizada apenas para o bem (e temos visto cada vez mais que tal não está a acontecer) e sempre ao serviço das pessoas! Pode ajudar a reduzir a pobreza, pode transformar um país e colocá-lo num patamar superior, trazendo oportunidades para todos os seus cidadãos. Ignorar descobertas tecnológicas em saúde, agricultura, indústria, etc., significa ignorar oportunidades de transformar a vida de pessoas!

Investir na tecnologia é investir no futuro de Portugal. É um investimento mandatório e deve fazer parte da visão do país e dos programas dos governos em posse, para que esse investimento constitua o compromisso inequívoco e seja resultado de um projeto coletivo.

Muito já foi feito, é um facto, mas há ainda muito a fazer para sermos o país que muitos ambicionamos ser.


CPO
Chief Portugal Officers
Building a Better Portugal